

Le Capital au XXI siècle

de Thomas Piketty

Capital, trabalho e crescimento das desigualdades em Piketty

Capital, Labor and the Growth of Inequalities in Piketty

por Antonio Paulino de Sousa**

O livro *Le Capital au XXI siècle* abre um grande debate teórico sobre o capital e a propriedade. E isso se observa na recepção da obra nos Estados Unidos onde o sucesso da sua tradução foi emblemático e fez parte, em nove semanas, das vinte e cinco melhores vendas nacionais na categoria não ficção, algo raro para um livro que fora publicado por uma editora universitária. A recepção mediática nos Estados Unidos não se compara com o que ele já conhecia na França.

O capital é definido por Piketty como o conjunto dos ativos não humanos que podem ser apropriados e trocados em um mercado. Esta definição extensa engloba o conjunto do capital imobiliário, o capital financeiro e profissional utilizados pelas empresas e administração. Para simplificar a exposição, Piketty utiliza o conceito capital e patrimônio como sinônimos (p. 54 e 82). Desde as primeiras linhas pode-se observar que o autor analisa a evolução da distribuição da riqueza a longo prazo e a relação entre acumulação do capital privado e sua concentração. Logo na introdução percebe-se que Piketty está convencido de que a análise detalhada do caso francês, e de outras trajetórias históricas observadas nos países desenvolvidos, é rica de experiências e permitem compreender a dinâmica da economia mundial até mesmo nos países emergentes como China, Brasil ou a Índia, que conhecerão uma diminuição do crescimento econômico e demográfico (p.60).

* Paris: Seuil, 2013.

** Pós-doutor em Sociologia; professor dos Programas de pós-graduação em Ciências Sociais e em Educação, ambos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís-MA, Brasil. End. eletrônico: antonio.paulino@terra.com.br

É a Revolução Francesa que introduz o ideal de igualdade jurídica frente ao mercado. Daí a importância de uma análise das consequências dessa concepção para a dinâmica da repartição das riquezas. Para o autor, a redução das desigualdades observadas nos países desenvolvidos entre 1900-1910 e os anos 1950-1960 é primeiramente produto das guerras e das políticas públicas implantadas após os choques. Para Piketty não foi a racionalidade democrática ou econômica que possibilitou a redução das desigualdades nesse período (p. 433). Hoje o autor indica que a única saída possível, que reduziria as desigualdades, é o imposto progressivo e uma taxa global das riquezas. É nesse sentido que Piketty faz um retorno à economia política por compreender que a história da repartição das riquezas é um problema de natureza política e não pode ser resumido aos mecanismos puramente econômicos. Piketty salienta que os métodos da economia negligenciam a história. No entanto, a experiência histórica continua sendo a principal fonte de conhecimento (p. 947). Ele fornece ao leitor um conjunto de dados sobre a história do capitalismo e oferece elementos centrais para o estudo da dinâmica do capitalismo, a médio e longo prazo, estabelece também uma relação estreita entre economia e história acentuando a importância do retorno à economia política. Mas esta é distinta daquela praticada por Marx, cuja tendência era incluir a história dentro das ciências sociais. Foi como historiador que o pensamento de Marx se tornou importante e, sobretudo, com a sua abordagem histórica da economia (Hobsbawn, 2014, p. 189 e 243). Nesse sentido o discurso de Piketty não é inovador.

Piketty não introduz na sua análise, como ponto central, os fatores sociais desta luta onde os movimentos sociais exerceram um papel predominante no processo de distribuição das riquezas produzidas (p. 351). Na verdade, as pesquisas de Piketty prolongam, e, em um espaço temporal bem mais amplo, são continuidade dos trabalhos inovadores de Simon Kuznets e A. Aikinson (Piketty, 2015, p. 126) para medir a evolução das desigualdades de renda nos Estados Unidos de 1913 a 1948. Esses trabalhos não se desenvolveram de forma sistemática porque a análise histórica e estatística das fontes fiscais caem em uma espécie de “*no mans land*” acadêmica, visto que são muito históricas para os economistas e muito econômica para os historiadores. A problemática central do livro de Piketty gira em torno da estatística histórica de longo prazo onde a tarefa do economista é interpretar as regularidades, continuidades e rupturas dos processos econômicos e somente uma análise minuciosa das séries de longo prazo, elaboradas a partir de diversos espaços geográficos, permitem compreender a dinâmica do capitalismo e a lógica das desigualdades sociais.

A pesquisa de Piketty não se inscreve, do ponto de vista do método, no campo dominante das pesquisas contemporâneas em economia. Não há uma análise microeconômica das desigualdades e sim uma análise a nível global

onde a história quantitativa é a disciplina dominante. Isso significa dizer que os problemas das desigualdades não estão relacionados a questões individuais, mas a problemas macroeconômicos. Convém salientar que o autor não introduz as ciências cognitivas e nem tampouco reintroduz a psicologia no campo econômico. Ao invés dessa opção, ele prefere mobilizar a literatura e a cinematografia que retratam a realidade histórica dos comportamentos econômicos dos diversos atores sociais situados historicamente e institucionalmente. Para ele, a pobreza e a miséria não nascem da cabeça dos romancistas que colocam as desigualdades econômicas no centro de suas narrativas históricas (p. 24).

Assim, para compreender as desigualdades e a concentração no século XIX na França, ele propõe uma releitura do célebre romance do Père Goriot, de Balzac. Esse livro é considerado como o mais completo sobre a estrutura das desigualdades da sociedade naquele período. O romance relata que as duas formas de possuir um patrimônio importante são o trabalho ou a herança. A questão é saber qual dos dois modos de apropriação será mais eficaz (p.602). Balzac destaca o papel central da herança e do patrimônio. Os conselhos de Vautrin a Rastignac consistem em dizer que a ascensão social pelos estudos, pelo mérito e pelo trabalho é uma ilusão. Apoiando-se em dados numéricos Balzac diz que mesmo fazendo parte dos diplomados em direito de Paris é preciso se contentar com salários medíocres e renunciar a uma verdadeira riqueza. Balzac demonstra que a alternativa mais eficaz é fazer um casamento que dê acesso ao patrimônio e a milhares de francos.

O problema central, posto às sociedades europeias, era a escolha entre o trabalho ou a herança. Isso porque a amplitude do patrimônio acumulado, neste caso a herança, se sobrepõe ao trabalho. Essa mesma realidade está presente na Inglaterra do século XVIII e XIX nos heróis de Jane Austen (p. 378-380). É o mesmo caso nos Estados Unidos, onde a economia da escravidão ocupou um espaço central na acumulação do patrimônio. Piketty analisa a metamorfose do capital na Europa e nos Estados Unidos levando em consideração as formas de apropriação do capital no período escravagista (p. 250-258). A estrutura da sociedade determina a lógica dos agentes e, desta forma Piketty mostra a força de uma racionalidade situada no tempo e no espaço. A literatura permite um acesso diferenciado à lógica dos agentes sociais e supera a racionalidade essencialista da economia. É por essa razão que na análise comparativa entre Estados Unidos e Canadá o autor propõe uma reinserção da economia dentro da política, pois é difícil encontrar razões puramente econômicas para explicar as diferentes trajetórias na América do Norte. O papel da política é evidente no processo de concentração da riqueza (p. 249).

Após uma longa análise da evolução da repartição da riqueza a longo prazo e da estrutura das desigualdades sociais desde o século XVIII, Piketty estrutura a última parte do seu livro em torno de uma preocupação mais normativa e de natureza política. A questão é saber que lições devem ser extraídas das experiências históricas e se é possível imaginar para o século XXI uma superação do capitalismo que seja pacífica e mais durável ou se devemos simplesmente esperar novas crises e guerras (p. 751). A problemática se situa em torno da regulação institucional do capitalismo patrimonial mundializado. Para evitar o crescimento das desigualdades estruturais e retomar o controle da dinâmica do capitalismo, o autor propõe como alternativa regulatória um imposto mundial progressivo sobre o capital. Para ele, esse imposto permite privilegiar o interesse geral em detrimento dos interesses particulares e, ao mesmo tempo, se preserva a abertura econômica e a concorrência. Um imposto mundial aparece para Piketty como uma ilusão e daí a solução seria aplicar esse tipo de imposto em nível regional ou continental. Mas isso só seria possível a partir da construção de um Estado Social adaptado ao século XXI.

Em relação à crise de 2008, Piketty a representa como sendo a primeira crise do capitalismo mundializado. As políticas pragmáticas permitiram que se evitasse o pior, mas isso não trouxe resposta aos problemas estruturais da economia. Para Piketty, o retorno do Estado sobre o cenário econômico é algo que pode acontecer, mas não nos mesmos moldes do que aconteceu após a crise de 1929 porque hoje os problemas são mais complexos (p. 761). O acesso à educação e à saúde foi uma revolução social do século XX e está relacionada a uma revolução fiscal. O desenvolvimento do Estado Fiscal no século passado corresponde à constituição de um Estado social (p. 764-765). O principal objetivo das instituições educativas e das despesas públicas em educação é permitir a mobilidade social. Os dados de Piketty sugerem que a mobilidade social é mais fraca nos Estados Unidos (onde a herança historicamente é mais limitada) do que na Europa (p. 776).

As desigualdades de acesso à Educação se repetem em relação ao acesso à hierarquia econômica. A seleção social e cultural mais discreta vem substituir a seleção financeira. O sistema francês das grandes escolas instituiu uma despesa pública enorme a estudantes oriundos de meios sociais favorecidos e uma despesa pública bem mais limitada para os estudantes das universidades. Isso amplia e legitima as desigualdades sociais que foram instaladas a partir do discurso de conservação da hegemonia política que instituiu o direito dos mais competentes (a esse respeito o discurso de Émile Boutmy, no qual ele define a missão da Sciences-Po, é esclarecedor) e, portanto, meritocrático (p. 779 e 782). Para o autor, não existe uma forma simples de construir a igualdade de chances de acesso ao

ensino superior e isso não deixa de ser um problema central do Estado Social para o século XXI.

Em conclusão é possível afirmar que Piketty faz um retorno à economia política quando afirma ainda na introdução que a história da repartição das riquezas é um problema político (p. 47). A questão é saber qual é o papel dos movimentos sociais. E logo no primeiro capítulo, sobre renda e produção, Piketty relata o conflito que opõe os operários da mina em Marikana na África do Sul e os acionistas da companhia Lonmin, sediada em Londres. A intenção do autor é mostrar a centralidade das desigualdades entre o capital e o trabalho, já que o conflito gira em torno da distribuição dos lucros entre os assalariados e o capital. A greve não era somente contra os lucros excessivos, mas igualmente contra as desigualdades salariais entre os operários e os engenheiros e os mega salários dos diretores. Os operários obtiveram êxito na greve com o aumento salarial (p. 72-74). Após a leitura deste capítulo o leitor espera com grande atenção os capítulos onde o problema central é o papel da política no sentido de reduzir as desigualdades ou até mesmo reverter o problema das desigualdades de renda. Se de um lado Piketty analisa o papel histórico do Estado de bem-estar social, por outro, ele não analisa o papel desempenhado pelos sindicatos e movimentos sociais na luta contra as desigualdades sociais.

No capítulo intitulado *Um Estado social para o século XXI*, que retoma a formação do Estado no século XX destacando a Inglaterra, a Suécia, a França e os Estados Unidos, não há nada sobre o papel que as greves gerais desempenharam nos três primeiros países e sobre o aumento da sindicalização nos Estados Unidos. É a partir da problemática contida neste capítulo que ele se interroga, na conclusão, sobre o papel do Estado e das instituições políticas na organização econômica e social de um país (p. 945). Piketty observa a importância de um Estado regulador dos mercados ao afirmar que uma desigualdade fundamental só pode ser resolvida com políticas públicas e ação do Estado (p. 92-93). Para ele o papel dos intelectuais seria o de estabelecer os fatos e as regularidades analisando os mecanismos econômicos, sociais e políticos para que o cidadão seja melhor informado e possa participar do debate democrático (p.18). Piketty faz referência ao engajamento dos intelectuais sem se deter muito sobre o caráter normativo do engajamento. Por último, o livro pode ser uma ocasião para se elaborar uma nova economia onde as diversas disciplinas, que podem contribuir com o entendimento dos fatos econômicos, sejam levadas em consideração. Por último, o capitalismo entrou em uma crise profunda e é mais do que legítimo se perguntar se o livro em questão oferece elementos interpretativos da crise bem como saídas possíveis. O crescimento das desigualdades não é a única causa da crise financeira de 2008 e da instabilidade crônica do sistema financeiro (p. 471, e p. 752-756). Apesar de fazer referência à última grande Crise financeira, a obra

de Piketty não traz grandes esclarecimentos sobre o problema. O que ele nos mostra estatisticamente é que o capital sempre teve tendência, ao longo da sua história, a produzir cada vez mais desigualdades crescentes e crises. Trata-se de elementos que estão presentes no primeiro capítulo de *O Capital* de Marx (Marx, 2013). Mas, enfim, o livro não deixa de ser uma boa contribuição para o retorno às grandes questões da economia política histórica bem como para um melhor entendimento da herança e das desigualdades sociais que se inscrevem sempre no longo prazo.

Referências

- BARREYRE, Nicolas. Thomas Piketty en Amérique. *Revue Annales, Histoire, Sciences Sociales*, Paris, 70e année, n. 1, p. 115-124, 2015.
- HOBSBAWN, Eric. *Et le monde changea*. Réflexions sur Marx et le marxisme, de 1940 à nos jours. Paris: Actes Sud, 2014.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro 1. O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PIKETTY, Thomas. Vers une économie politique et historique. Réflexions sur le capital au XXI siècle. *Revue Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 70e année, n. 1, p. 125-138, 2015.
- _____. *Le capital au XXI siècle*. Paris: Seuil, 2013.